

ISSN 2179-6890

ANÁLISE DO CRESCIMENTO POPULACIONAL DO MUNICÍPIO DE AGUDO, RS, NO PERÍODO DE 1970 A 2000¹

*ANALYSIS OF THE POPULATION GROWTH IN AGUDO, RS,
FROM 1970 TO 2000*

Clair Lisandra Wilhelm Hermes² e Valdemar Valente³

RESUMO

Neste trabalho, teve-se como objetivo geral analisar o crescimento populacional do município de Agudo, RS, no período de 1970 a 2000 e como objetivos específicos: verificar a taxa de crescimento populacional na área rural e urbana do município; analisar a forma de ocupação do território em decorrência do crescimento populacional; verificar a influência das migrações no crescimento populacional e a amplitude do processo de êxodo rural no município, suas principais causas e consequências. Dessa forma, visa-se a contribuir para os estudos acerca da população do referido município. Para tanto, foram coletados dados a respeito da população do município no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e na Prefeitura Municipal, além de pesquisa em livros e da contribuição da própria comunidade. Foi aplicado um questionário com quinze questões fechadas a duzentas e cinquenta chefes de famílias. Os dados coletados permitiram constatar que o município de Agudo teve um crescimento populacional de 23,04% entre os anos de 1970 e 2000 e que, mesmo sendo de origem agrícola, está, como a maioria dos municípios, perdendo sua população rural, que migra para a zona urbana em busca de melhores condições de vida. A população rural que, em 1970, representava 88,25% da população total, em 2000 era de apenas 67,60%. Pelos dados obtidos, foi possível verificar a taxa de crescimento populacional, bem como o índice de êxodo rural e os motivos causadores do abandono do homem do campo, que acaba migrando para as cidades, devido às dificuldades enfrentadas no meio rural, tais como: baixo preço dos produtos agrícolas altos juros e custos elevados das sementes e dos adubos.

Palavras-chave: êxodo rural, migrações.

¹ Trabalho Final de Graduação - TFG.

² Acadêmica do Curso de Geografia - UNIFRA.

³ Orientador - UNIFRA.

ABSTRACT

This study aims to analyze the population growth in Agudo, RS, from 1970 to 2000. More specifically it seeks to determine the rate of population growth in the rural and urban areas; analyze the pattern of land use as a result of population growth and verify the main causes and consequences of immigration influence on population growth and the amplitude of the process of rural exodus in the city. Thus, it can contribute to the studies on the population of this city. Data was collected concerning its population in the Brazilian Institute of Geography and Statistics and at the City Hall, along with researches in books and contribution of the community. It was administered a questionnaire with fifteen closed questions to two hundred fifty families. The collected data revealed that the city had an acute population growth of 23.04% from 1970 to 2000 and that, even most people live in rural areas, it is, like most cities, losing its rural population, which migrates to the urban area in search of better living conditions. The rural population in 1970 accounted for 88.25% of the total population, in 2000 it was 67.60%. From the data obtained, it was possible to check the population growth rate, the rate of rural exodus, and the reasons causing the this abandonment, who ends up migrating to the cities because of the difficulties faced in rural areas, such as low price of agricultural products high interest rates and high costs of seeds and fertilizers.

Keywords: *agricultural exodus, migration.*

INTRODUÇÃO

Atualmente, o estudo acerca da dinâmica populacional está se tornando cada vez mais frequente. Isso se deve ao seu caráter interdisciplinar e à sua importância, cada vez maior, para os órgãos públicos na tomada de decisões que visam à melhorias para a população, em que a Geografia pode contribuir.

Sabe-se que são vários os fatores que influenciam as taxas de crescimento populacional: o crescimento vegetativo, a mobilidade social impulsionada pela diversidade profissional, a crescente participação da mulher no processo produtivo e o caráter das migrações. Quanto à participação da mulher no mercado de trabalho, nota-se um crescimento gradativo, havendo locais em que ela é a responsável pelo sustento da casa.

Já as migrações têm várias causas, sendo a principal o descontentamento econômico, o desejo de algo novo, a busca pelo lucro financeiro, um melhor modo de vida, um emprego mais favorável, ou ainda, uma melhor moradia. Esse processo migratório pode ser temporário ou, definitivo, interno ou externo, dependendo do objetivo e da necessidade de cada grupo populacional. Segundo Vieira e Rangel (1985, p. 70),

a mobilidade das frentes de expansão da dinâmica populacional procura uma mais adequada interação com o meio natural, principalmente considerando as aptidões e preferências produtivas de cada grupo. Daí se explica maiores ou menores densidades da população em relação às diversas paisagens regionais.

No entanto, as migrações geram diversas consequências tanto nas áreas de recepção quanto nas áreas de origem. Nas áreas de recepção, acarretam crescimento das cidades, ou seja, aumentam a taxa de urbanização. Além disso, há o povoamento de novas áreas, o desbravamento de novas terras, ocorrendo, muitas vezes, dificuldades de adaptação ao novo meio. Já nas áreas de origem, ocorre a diminuição da população, a perda dos elementos mais ativos, pois os adultos e os homens são os que mais migram, a redução do desemprego, além do esvaziamento do campo, caracterizado pelo êxodo rural.

Agudo, berço da Colônia Santo Ângelo e da colonização alemã, localiza-se na região central do Estado do Rio Grande do Sul - Depressão Central - pertencente à Mesorregião Centro Ocidental Rio-grandense e à Microrregião de Restinga Seca. Sua altitude é de 83 m na sede, chegando a 610 m na localidade de Linha dos Pomeranos, interior do município. Atualmente, faz divisa com os seguintes municípios: ao Norte, com Ibarama e Lagoa Bonita do Sul; ao Sul, com Restinga Seca; a Leste, com Paraíso do Sul e Cerro Branco; e a Oeste, com Dona Francisca e Nova Palma.

O município de Agudo é considerado um importante centro comercial da região. Além disso, destaca-se no cultivo de arroz, fumo e morango. A pecuária concentra-se na criação de bovinos, ovinos e suínos. Sua economia está baseada na agropecuária, indústria, comércio e prestação de serviços, sendo essas as atividades agrícolas que predominam, impulsionando o desenvolvimento do município. Segundo Werlang (1995, p. 205),

todos os imigrantes se tornaram agricultores. A nova sociedade foi nivelada numa única classe, a de agricultores, que com apenas um lote de terras, passaram a produzir, utilizando-se da exploração da mão de obra familiar.

Dessa forma, entende-se por que, ainda hoje, a produção agrícola é tão forte e importante para a economia do município, pois foi a primeira atividade desenvolvida na antiga Colônia Santo Ângelo. Ainda, segundo dados obtidos junto à Prefeitura Municipal de Agudo, o município possui inúmeras empresas estabelecidas. São duzentas e catorze que atuam na área de comércio de produtos, duzentas e cinquenta e cinco na de prestação de serviços e vinte e três, que realizam atividades industriais.

Nesse trabalho, objetiva-se analisar o crescimento populacional do município de Agudo, RS, no período de 1970 a 2000, verificando diversas características do município e da comunidade agudense.

REFERENCIAL TEÓRICO

Entende-se por população o conjunto de habitantes de um país, área ou região, ou seja, o conjunto de pessoas que atua em um contexto socioeconômico e nele provoca mudanças permanentes de acordo com o nível evolutivo do processo de produção. Assim, o estudo da população envolve uma série de fatores, como sua composição etária, étnica, sexo, padrão de vida, além de sua dinâmica.

O crescimento populacional de qualquer país ocorre em razão do crescimento vegetativo ou natural e por meio das migrações entre cidades, regiões e países. Por isso, o crescimento populacional de uma cidade ou região requer uma análise minuciosa, considerando-se, também, a forma como ocorreu a ocupação de seu espaço geográfico.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no período de 1872 a 1995, a população brasileira aumentou em mais de cento e cinquenta milhões de habitantes. Mesmo que a imigração tenha contribuído, principalmente no período de colonização, o principal motivo para esse aumento populacional foi o crescimento vegetativo. Atualmente, a população mundial é de seis bilhões e quinhentos milhões de habitantes, enquanto a população brasileira está em torno de cento e oitenta e quatro milhões.

A distribuição da população mundial ocorre de forma desigual, como no Brasil, pois, mesmo sendo o quinto país em extensão territorial e sua densidade demográfica de apenas 20,5 hab/Km², sua população é muito mal distribuída,

havendo cidades, como São Paulo com 137,85 hab/Km² e áreas como Roraima com apenas 1 hab/Km². A população brasileira também é muito heterogênea. Andrade (1997, p. 86) confirma isso ao dizer que

com uma população formada por brancos de origem europeia e por semitas, negros de origem africana e amarelos – indígenas e orientais – conclui-se que o País tem uma das populações mais heterogêneas do mundo, embora haja um domínio da língua portuguesa e das religiões cristãs, católica sobretudo.

Essa diversificação ocorreu a partir da colonização e intensificou-se com as migrações. Os movimentos populacionais são, portanto, responsáveis pela riqueza e diversificação étnica, além de interferirem diretamente na ocupação do espaço, determinando áreas de maior ou menor concentração da população.

Nota-se uma maior concentração populacional nos países subdesenvolvidos, os quais são os que têm os mais altos índices de reprodução, aumentando a sua população e a pobreza também. Observando isso, no século XVIII, surgiu a Teoria de Malthus (MALTHUS, 1983), a qual alerta para o fato de que seria a própria população a responsável pela situação miserável de um país e que seria necessário acabar com a pobreza e a fome por meio do controle da natalidade. Malthus considerava insuficiente o crescimento dos meios de produção para acompanhar o crescimento e o desenvolvimento da população, ou seja, observava que a população crescia num ritmo muito acelerado enquanto os meios de produção não acompanhavam esse processo no mesmo ritmo.

Se o crescimento desenfreado continuasse, a população duplicaria a cada vinte e cinco anos, não havendo comida suficiente para toda a população, ou seja, quanto maior fosse o número de habitantes, menos alimentos estariam disponíveis para consumo humano. Por isso, Malthus (1983, p. 282) entendia que

o poder de crescimento da população é indefinidamente maior do que o poder que tem a terra de produzir meios de subsistência para o homem. A população, quando não controlada, cresce numa progressão geométrica. Os meios de subsistência crescem apenas numa progressão aritmética.

No entanto, essa teoria foi desconsiderada, pois o que Malthus não previu foram os inúmeros avanços na área da medicina, o que fez baixar a taxa de mortalidade. Outro fator foi a inserção da mulher no mercado de trabalho, fazendo

baixar a taxa de natalidade. Já a revolução na agricultura, com as inovações de ferramentas e sementes, além do desenvolvimento científico e tecnológico, fez com que aumentasse a produção e a produtividade agrícola, assim como os setores de produção de bens de consumo, capazes de produzir alimentos suficientes para manter toda a humanidade. Desse modo, mesmo com a taxa de crescimento populacional sendo crescente, em razão da diminuição da taxa de mortalidade, o índice de produção também foi crescente, acompanhando o processo de crescimento populacional.

Com isso, ficou provado que as causas da fome e da miséria são, na realidade, políticas e econômicas. Isso porque, apesar da imensidão de território e riquezas que um país como o Brasil possui, o que se nota é a falta de investimentos para o cultivo de áreas e produção de alimentos. Não existem políticas públicas que incentivem e ofereçam subsídios para a população cultivar uma área de terra para o seu sustento, havendo, por um lado, imensidões de áreas ociosas e, de outro, uma multidão passando fome.

A partir da explosão demográfica ocorrida após a II Guerra Mundial, em razão dos avanços na área da saúde, com a diminuição das taxas de mortalidade e a manutenção das altas taxas de natalidade, ressuscitaram as ideias malthusianas, atribuindo, principalmente, aos países do Terceiro Mundo a culpa pelo crescimento populacional e pela miséria. De acordo com Damiani (1998, p. 23),

o crescimento populacional, especialmente a partir da década de 50, nos países de Terceiro Mundo, no entender da teoria neomalthusiana, determinaria a existência de uma população excedente às possibilidades do desenvolvimento econômico desses países. E assim explicaria seu subdesenvolvimento.

Os marxistas, porém, consideram a própria miséria como sendo a responsável pelo crescimento populacional, pois existem exemplos de países cujo desenvolvimento econômico e social propiciou acentuada redução espontânea da natalidade e do crescimento populacional. Contudo, há situações das mais diversas, pois existem países populosos desenvolvidos e subdesenvolvidos, países não populosos desenvolvidos e subdesenvolvidos e países densamente povoados desenvolvidos e subdesenvolvidos.

O problema do êxodo rural é consequência da mecanização da agricultura que ocasiona a saída de habitantes da zona rural em direção às cidades

em busca de melhores condições de vida, ou são atraídos por uma falsa ilusão que as cidades despertam nas pessoas, isto é, imaginam que a vida na cidade é fácil. Singer (1976, p. 129) explica que “a mecanização da agricultura está historicamente ligada à redução da força de trabalho empregada na agricultura. Ela se desenvolveu em primeiro lugar nos Estados Unidos e estava ligada à redução da mão de obra agrícola naquele país”.

A falta de investimentos na área agrícola também faz com que o agricultor desanime diante dos inúmeros problemas que tem de enfrentar sem receber subsídios do governo. As pessoas idosas, aposentadas na zona rural, muitas vezes, também migram para as cidades em busca de sossego e acesso fácil a farmácias, bancos e supermercados, em razão de sua idade avançada.

Com a falta de incentivos na agricultura, os agricultores migram para a cidade, gerando uma massa de desempregados que se sujeitam, muitas vezes, a trabalhos com baixa remuneração. Uma das medidas para reverter essa situação é a reforma agrária feita de forma ordenada e consciente, com a desconcentração de terras de proprietários que não a cultivam, repartindo-as entre aqueles que realmente sabem e querem produzir, dando-lhes condições e incentivos para o desenvolvimento de suas lavouras.

Com a crescente urbanização no país, enfrentam-se diversos desafios, como habitação, transportes, infraestrutura, saneamento básico, desemprego, entre outros. Essa falta de investimentos acaba gerando a miserabilidade da população e sua consequência, muitas vezes, é a violência, como forma de manifestar a insatisfação com a sua condição social.

As indústrias têm papel fundamental no desenvolvimento de uma cidade ou região, contribuindo com impostos e empregos gerados, além de atrair mais investidores. Assim, a industrialização interfere no processo de urbanização das cidades, pois as pessoas migram do campo para a cidade com o firme propósito de trabalhar nas indústrias, aumentando, dessa maneira, a população urbana. Há casos, contudo, em que essas pessoas se instalam no perímetro urbano, mas não conseguem emprego e contribuem para o aumento do número de desempregados. Surgem, dessa forma, os boias-frias, trabalhadores que, embora morem nas cidades, por não terem emprego, trabalham na zona rural, aumentando a população agrícola. Esse é o motivo pelo qual a população agrícola é maior que a população rural, porque esses trabalhadores são cidadãos apenas pela sua residência. Santos (1996) considera isso um complicador a mais para os velhos esquemas cidade-campo.

A principal causa da urbanização no Brasil é o êxodo rural, intensificado pelo descontentamento do homem do campo e pela falta de incentivos políticos que lhe deem segurança de ter seu sustento assegurado por meio da renda do campo. A Região Sul do Brasil é exemplo da migração do homem rural para a área urbana, pois, em 1940, a população rural era de 72,27%, mas, em 1996, contabilizava apenas 22,79% de sua população, de acordo com Santos e Silveira (2003).

Oliven (1992) considera a migração campo-cidade um fenômeno que coloca populações de origem rural em confronto com o mundo urbano, porque as pessoas correm o risco de não se adaptarem à vida urbana, muitas vezes, decaindo seu padrão de vida.

Essa urbanização crescente gera um contingente de pessoas desempregadas, que formam as favelas caracterizadas com uma população urbano-periférica, marginal, escorregando da pobreza à miséria absoluta com altos índices de reprodução. Conforme Andrade (1997, p. 28),

a força de trabalho rural vai sendo expulsa da terra pelo avanço dos latifúndios e pelo aprimoramento tecnológico e tem que migrar para as cidades e ficar nas suas áreas periféricas sem que qualquer programa eficiente se efetive na tentativa de fixá-la ao solo ou de lhe dar condições de sobrevivência.

As pessoas acabam sem opções de vida no campo pela carência de investimentos no setor, sendo obrigadas a migrarem para a cidade para garantirem a sobrevivência de sua família. Nesse processo migratório, é o homem quem mais se desloca de um lugar a outro e influencia a economia local, pois integra a população economicamente ativa. A composição etária também influencia no desenvolvimento econômico de uma região, sendo que, num país com população predominantemente jovem, poucos são os investimentos em outros setores da sociedade, pois os jovens não contribuem para a economia, mas necessitam de toda a infraestrutura e auxílio por parte do governo. A participação da mulher no mercado de trabalho também influencia no desenvolvimento econômico de uma região, pois integra a população economicamente ativa, contribuindo para a geração de renda.

O crescimento das cidades ocorre nesse contexto de dinâmicas e transformações, como reforça Derruau (s/d), ao afirmar que é sobretudo através de um excedente de imigração que uma cidade aumenta a sua população, visto que o crescimento industrial e comercial multiplica as possibilidades de emprego.

Portanto, a população é responsável pela formação do espaço geográfico. Cada pessoa no ambiente em que vive transforma aquele meio no seu espaço e, com isso, transforma-se também. O espaço acaba sendo o resultado, o produto do trabalho e da ação do homem.

Assim, o estudo da população é de suma importância uma vez que vários fatores e fenômenos interferem no crescimento populacional, sendo necessário o seu conhecimento para possibilitar estudos, a fim de ampliar e garantir um melhor padrão de vida a toda a população. Dessa forma, conhecer a população de seu município, com suas características, anseios, é muito importante. De acordo com Callai (1988, p. 22),

estudar o local nos permite ter acesso físico a tudo aquilo que nos interessa. Significa que podemos observar as paisagens, que são o resultado da construção do espaço em um determinado momento, que expressam a história das pessoas que ali vivem. Significa ainda a possibilidade de verificar, constatar ‘in loco’ o que acontece, de conversar com as pessoas que presenciaram fatos passados, de ouvir depoimentos, relatos, de verificar documentos. Significa, enfim, que aquilo que vivenciamos no dia a dia é o objeto de estudo.

A partir disso, é necessária uma reflexão qualitativa em relação à questão do povoamento, da ocupação do solo, as composições por sexo e idade; e não apenas quantitativa, considerando apenas a distribuição espacial da população e sua densidade. Callai (1988, p. 20) considera que, “[...] nem o tempo é alheio, nem o espaço é neutro, pelo contrário, são inteiramente comprometidos com as pessoas que ali vivem, que são pessoas concretas, não apenas números ou homens abstratos, que vivem politicamente, situados econômica e socialmente numa determinada porção do território”. Com isso, percebe-se que a história de um lugar, de uma cidade, é construída ao longo do tempo, tendo o homem como seu principal protagonista.

METODOLOGIA

Inicialmente, foram coletados dados referentes à população do município de Agudo, no período de 1970 a 2000, junto à Prefeitura Municipal e ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2007), além da pesquisa em livros e contribuição da própria comunidade. Após, foi elaborado um questionário contendo quinze questões fechadas que foi aplicado a duzentos e cinquenta chefes de família. Ao término dessas etapas, efetuaram-se a tabulação dos dados, a organização e a discussão dos resultados obtidos. De posse dessas informações, foi possível a elaboração das conclusões finais, contendo os principais resultados da pesquisa. Após, foi feita a análise do crescimento populacional nesse período, com um comparativo entre cada década, considerando as possíveis causas e consequências desse crescimento. Analisou-se, também, o percentual de população rural e urbana e a sua taxa de crescimento, a fim de verificar se houve aumento ou decréscimo.

Nesta pesquisa, foi muito importante a participação da comunidade, principalmente a de moradores mais antigos, pois possuem ricas informações que nenhuma bibliografia contém e acompanham o crescimento e o desenvolvimento do município de Agudo tanto econômica quanto demograficamente. Esses e outros demonstrativos foram elaborados na forma de gráficos e tabelas, possibilitando uma melhor comparação entre os anos de 1970, 1980, 1991 e 2000.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O crescimento da população urbana em relação à rural é algo que vem ocorrendo na maioria das cidades em razão de inúmeros fatores de atração, entre eles, a vida urbana mais fácil e menos sofrida. Na cidade de Agudo não é diferente, pois ocorreu um constante crescimento da população urbana no período de 1970 a 2000, caracterizando-se como êxodo rural (saída do homem do campo) e urbanização.

Verifica-se pelos dados da tabela 1 que, no decorrer desses trinta anos, houve um constante decréscimo da população rural em consequência de um contínuo crescimento da população urbana. Isso ocorreu devido a fatores como a falta de incentivos no campo, a desvalorização dos produtos agrícolas, a dependência das condições naturais, além dos altos juros, que fizeram com que o homem do campo abandonasse suas lavouras e tentasse uma nova vida na cidade. Em 1970, era grande o contraste entre a população rural e urbana.

Tabela 1 - População rural, urbana e total do município de Agudo, RS, no período de 1970 a 2000.

| ANO | População Rural | % | População Urbana | % | População Total |
|------|-----------------|-------|------------------|-------|-----------------|
| 1970 | 12.519 | 88,25 | 1.667 | 11,75 | 14.186 |
| 1980 | 13.226 | 84,47 | 2.432 | 15,53 | 15.658 |
| 1991 | 13.307 | 79,60 | 3.411 | 20,40 | 16.718 |
| 2000 | 11.800 | 67,60 | 5.655 | 32,40 | 17.455 |

Organizador: Hermes, C.W.

Fonte: IBGE (2007). Censos Demográficos do Estado do RS, 1970, 1980, 1991 e 2000.

Em 1970, enquanto a população rural contabilizava 88,25%, a urbana era de apenas 11,75%. Isso se deve ao fato de a cidade estar iniciando a sua urbanização, pois havia se emancipado recentemente, em 16 de fevereiro de 1959, e por ser um município de origem agrícola. Com o passar dos anos, com o crescimento da população, percebeu-se também um crescimento da população urbana, pois a cidade atraía as pessoas em busca de emprego, por já contar com mais indústrias e um comércio variado. Outro motivo foi a questão da educação: a única escola de 2º grau localizava-se na sede do município. Com o transporte precário, os pais se viam obrigados a mandar os filhos à cidade para estudar.

Em 2000, ainda predominava a população rural, porém em menor número. Observou-se um maior crescimento da população urbana entre os anos de 1991 a 2000, quando passou de 20,40% para 32,40%. A falta de incentivos no campo, com a desvalorização dos produtos agrícolas, fez com que o agricultor tentasse uma nova chance na cidade.

No período de 1991 a 2000, notou-se o menor percentual de crescimento da população total: apenas 4,41%. Foi no período de 1970 a 1980 que o município de Agudo mais cresceu, chegando a 10,38%. Em 1970, possuía uma população de 14.186 habitantes e, conforme o Censo Demográfico de 2000, contabilizava 17.455 habitantes, perfazendo um crescimento de 23,04% nesse intervalo de trinta anos. Esse ritmo de crescimento ocorreu devido ao desenvolvimento que a cidade apresentou, com a instalação de novas indústrias, ampliação do comércio com a geração de novos empregos, o que acabou atraindo inúmeras pessoas à procura de trabalho. O município possuía, em 1970, uma densidade demográfica de 26,47 hab/Km² e, em 2000, 32,56 hab/Km². Em 2004, apresentava uma densidade demográfica de 33,6 hab/Km², conforme a Fundação de Economia e Estatística.

Além disso, chama a atenção o fato que a cidade mantém um número de habitantes femininos e masculinos semelhantes, sem a predominância intensa de um sobre o outro, durante esses trinta anos. Nesse período, os homens tiveram uma leve predominância sobre as mulheres, porém pouco significativa. Isso ocorreu devido às mulheres migrarem para outras cidades para estudar ou, até mesmo, para casar, pois, na maioria das vezes, era a mulher que abandonava o lar dos pais para acompanhar o marido.

Conforme questionário aplicado, a mulher agudense está intensamente inserida no mercado de trabalho, contribuindo e/ou sustentando sua família. Ela sustenta 13,13% dos lares, enquanto o homem é responsável por 9,65% deles. Apesar desse dado, o que realmente prevalece é a participação do casal no sustento da família, com 49,81%, pois é quase inviável, atualmente, somente uma pessoa ser responsável pelo pagamento das despesas da casa. Em 2,7% dos casos, são os filhos que arcam com as despesas da casa. No entanto, em 24,71% das residências, todos trabalham para custear as despesas domésticas.

Para 28,22% das pessoas que responderam ao questionário, a maior dificuldade enfrentada ao se estabelecerem no perímetro urbano foi encontrar emprego. Esse é um problema que atinge inúmeras cidades, numa proporção crescente. Por isso, a instalação de novas indústrias é o anseio de 40,17% da população agudense questionada. As indústrias são vistas como grande oportunidade de geração de empregos, além dos impostos que serão gerados e recolhidos pelo município. Uma indústria que se instala numa cidade é a oportunidade que muitas pessoas têm de conseguir um emprego. Para tanto, muitas famílias saem do campo e se instalam na cidade. Por isso, a industrialização é considerada também uma das responsáveis pela urbanização de uma cidade, pois aumenta a população urbana.

De acordo com o resultado do questionário aplicado na zona urbana, percebeu-se que 52,8% das pessoas são de origem rural, ou seja, moravam no campo antes de se estabelecerem no perímetro urbano. Desses, 46,5% foram para a cidade em busca de melhores condições de emprego. Isso é um exemplo de que a população urbana cresceu em razão das migrações campo-cidade, ou seja, pelo processo de êxodo rural.

Os motivos que atraíram essa grande parcela da população à zona urbana foram a falta de incentivo aos trabalhadores do campo, apontada por 21,02% das pessoas. Além desse, inúmeros outros motivos foram citados como: procura por uma educação melhor para si e para os filhos (13,37%), melhores condições de emprego (51,59%) na cidade, opção da família (3,83%), a cidade oferece melhor

infraestrutura em saúde (6,37%) e, até mesmo o casamento, que foi citado por 3,82% das pessoas.

O processo migratório tem grande influência no crescimento de uma cidade ou região. Os resultados obtidos, por meio da aplicação do questionário, mostram que isso também ocorre em Agudo. Além das migrações campo-cidade, ocorram também as migrações de uma cidade para outra. Essas migrações são acarretadas por diversas razões como a procura por uma melhor educação para si ou para os filhos, pela transferência de emprego ou, ainda, pela violência existente em sua cidade de origem. Há aquelas migrações resultantes da obrigação da população em deixar seus lares, como tiveram que fazer os residentes da área em que hoje se encontra a Barragem Dona Francisca. Tiveram que abandonar suas casas, suas origens, em razão da construção da barragem, sendo que o alagamento acabou inundando terras anteriormente cultivadas e que serviam de sustento a várias pessoas.

Assim, nota-se que mais de um terço da população agudense migrou para a cidade, pois, das pessoas questionadas, 36,84% não moravam em Agudo. Dessas, 47,87% migraram para a cidade em busca de melhores condições de vida. Já 9,57%, abandonaram suas cidades de origem em razão da alta taxa de desemprego existente. A taxa de desemprego em Agudo é baixa se comparada com outras cidades e/ou regiões. Conforme os dados obtidos a partir do questionário aplicado, apenas 2,02% da população agudense encontra-se desempregada. Sabe-se que esse é um dado obtido por meio de informações coletadas por amostragem, porém não está longe da realidade. O município cresce rapidamente e, com isso, as oportunidades de emprego também. Apesar disso, ocorre que, muitas pessoas, na hora de procurar emprego, não possuem qualificação e o mercado de trabalho está cada vez mais exigente e competitivo.

A condição econômica da população agudense é considerada muito ruim apenas por 2,06% das pessoas entrevistadas, ruim por 8,23%, boa por 40,33%, muito boa por 20,58% e ótima por 28,8%. Essa condição econômica é reflexo do baixo índice de desemprego existente no município. O fato de ter casa própria também deriva da renda familiar, pois 65,59% das pessoas entrevistadas possuem residência própria. Atualmente, possuir um lugar próprio para morar é o sonho de muitos. Sonho que, infelizmente, poucos têm condições de realizar, devido à alta taxa de desemprego e miséria que assola o país. No entanto, em Agudo, percebe-se que grande parte da população possui casa própria, sendo que apenas 16,6% da população paga aluguel. Ainda, 10,93% moram em casas que pertencem a seus pais, 2,83% moram em casas emprestadas e apenas 4,05% estão adquirindo sua casa por meio de financiamento bancário.

Uma característica das regiões muito pobres é a alta densidade demográfica, além das condições precárias de moradia e o amontoamento humano, ou seja, muitas pessoas em uma mesma residência, vivendo, muitas vezes, em condições sub-humanas. Em Agudo, 59,52% das casas abrigam de três a quatro pessoas. Em 29,15% das casas, moram de uma a duas pessoas. Em apenas 10,93% dos lares, residem de cinco a seis pessoas e em apenas 0,4% das casas moram de sete a oito pessoas. Portanto, percebemos que não ocorre um adensamento de pessoas nas residências, motivado até mesmo pela condição econômica que possibilita a cada família possuir sua própria casa, ocorrendo poucos casos em que até três famílias residem numa mesma morada.

Atualmente, não conseguimos imaginar a cidade de Agudo sem uma rua calçada ou então com apenas um armazém, no qual toda a população faz suas compras. Agudo mudou, cresceu, evoluiu. Por mais que alguns considerem que aumentaram a violência e a taxa de desemprego, outros comentam que isso acompanha o crescimento de uma cidade e que o índice ainda é baixo em relação às outras.

Por isso que, quando questionados em relação ao que consideram mais importante na sua cidade, 53,62% dos cidadãos agudenses responderam ser a tranquilidade oferecida à população, mesmo que, esporadicamente, ocorra algum assalto e/ou assassinato. A infraestrutura oferecida também é considerada muito importante, representada pelo saneamento básico, pela iluminação e limpeza de ruas e praças e pela conservação dos canteiros centrais das ruas e avenidas. Este fator é destacado por 19,57% dos entrevistados. O atendimento médico, por meio dos Postos de Saúde, na cidade e no interior, é destacado por 7,97%. A educação da população em relação ao meio ambiente também merece destaque, considerada importante por 7,97% das pessoas entrevistadas. Além disso, a educação qualificada oferecida à comunidade agudense é considerada importante por 10,87%. O município oferece educação de qualidade aos seus alunos, contando, atualmente, com três escolas estaduais, quinze escolas municipais e duas particulares. Dessas, onze oferecem educação infantil, sendo que o município mantém uma creche que oferece somente educação infantil. Inúmeros cursos de aperfeiçoamento são oferecidos ao quadro de professores e profissionais da rede de ensino. Os professores municipais, como incentivo para seu aperfeiçoamento constante, recebem ajuda de custo de 25% nas mensalidades relativas à faculdade que cursarem. Em razão disso, Agudo apresenta um quadro de professores muito bem qualificado.

A comunidade agudense considera a instalação de novas indústrias imprescindível para o desenvolvimento da cidade, além de investimentos em

empresas locais, pois não se pode somente incentivar a vinda de empresas de fora e não valorizar as empresas locais. Como não poderia deixar de ser, a honestidade dos políticos também foi citada, como sendo muito importante para a cidade progredir.

Sabe-se que depende de cada indivíduo o seu crescimento e o desenvolvimento da sua região. Não se pode esperar tudo dos órgãos públicos, sendo necessária a contribuição de cada cidadão para o desenvolvimento da sua cidade. Essa opinião foi partilhada por 20,5% das pessoas questionadas que apontaram a necessidade do trabalho conjunto da comunidade em prol do município para que ele cresça e desenvolva-se.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos dados obtidos, percebe-se que o aumento da taxa de êxodo rural é algo preocupante, devendo servir de alerta para os administradores municipais. É preciso manter o homem no campo, para que produza meios de consumo, para si e para a comunidade. Sabe-se que o homem do campo enfrenta inúmeras dificuldades, o que causa a “expulsão” de muitos. Sua instalação no meio urbano, porém, sem nenhum planejamento prévio, poderá lhe trazer inúmeros outros problemas como a dificuldade de adaptação, falta de emprego e falta de moradia, contribuindo assim, para o aumento do nível de pobreza e do índice de desemprego, bem como o aparecimento e/ou aumento de favelas e da marginalidade. Assim, tem-se o êxodo rural como um dos fatores responsáveis pelo crescimento da população urbana. No entanto, não se pode esquecer o crescimento vegetativo e as migrações que também são fatores de interferência.

As migrações interferem no crescimento populacional do município de Agudo, pois, em apenas trinta anos (1970-2000), a população cresceu 23,04%. Conforme informações obtidas a partir do questionário aplicado, mais de um terço da população agudense é formada por imigrantes oriundos de diversas regiões e que se estabeleceram nesse município por inúmeros motivos, como segurança e infraestrutura, além do comércio diversificado e serviços oferecidos.

Apesar de o município apresentar reduzida taxa de desemprego, de a renda da população ser boa, de mais da metade da população possuir casa própria, também existem regiões pobres, com moradias precárias, inúmeras pessoas convivendo na mesma residência, pessoas desempregadas e passando fome. Não se pode, pois, esquecer que o estudo ocorreu por meio de um questionário aplicado por amostragem. Infelizmente, não se encontra uma

cidade e/ou região que não sofra com o fator pobreza. Contudo, o importante é que existam iniciativas de auxílio nesses casos e, quase sempre, com a ajuda e comprometimento da própria comunidade.

Assim, esta pesquisa contribuiu para estudos na área geográfica, uma vez que se analisou a dinâmica da população agudense, considerando os movimentos migratórios que ocorrem e as consequências que acarretam, os quais são de fundamental importância para a compreensão dos movimentos populacionais e por que razões acontecem. A população também tomou consciência de que seus atos se refletem na história do lugar, pois seus atos e suas atitudes transparecem na forma de ocupação e transformação do espaço.

Portanto, este trabalho forneceu, mesmo que por amostragem, dados acerca da população do município de Agudo, que são de extrema importância para o conhecimento das características e composição de sua população, além de auxiliarem na ação de órgãos públicos para a projeção de estudos referentes à ocupação das áreas rural e urbana e para a viabilidade de políticas públicas que visam à melhoria das condições socioeconômicas da população, o que, conseqüentemente, se refletirá no crescimento e desenvolvimento do próprio município.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel Correia de. **A geografia e a questão social**. Recife: Edufal, 1997.

CALLAI, C. H. **O estudo do município e o ensino da história e geografia**. Ijuí: Ed. Ijuí, 1988.

DAMIANI, Amélia. **População e geografia**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 1998.

DERRUAU, Max. **Geografia Humana II**. 2. ed. Lisboa: Presença.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <www.fee.rs.gov.br>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. 2007. Disponível em: <www.ibge.gov.br>.

MALTHUS, T. R. **Ensaio sobre população**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

OLIVEN, Ruben George. **A antropologia de grupos urbanos**. Petrópolis: Vozes, 1992.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Laura Maria. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SINGER, Paul. **Dinâmica populacional e desenvolvimento**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1976.

VIEIRA, Euripedes Falcão; RANGEL, Suzana Regina Salum. **Rio Grande do Sul: Geografia da população**. Porto Alegre: Sagra, 1985.

WERLANG, William. **História da Colônia Santo Ângelo**. Santa Maria: Pallotti, 1995.

